CASAMENTO, MORALIDADE E TRANSGRESSÃO NA CIDADE DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS: O CASO DE MARIA BARBOSA (1600-1614)

Helena Ribeiro da Silva¹; Adriana Dantas Reis²

¹Bolsista PIBIC/FAPESB, Graduanda em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: ribeiro.hw@gmail.com

²Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: adrihis@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição, casamento, transgressão.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho está inserido na área de História, no campo da História Cultural, ou Sócio-cultural, bem como dos estudos de gênero, e tem como principal objeto de pesquisa o processo inquisitorial da ré Maria Barbosa, mulher parda, natural de Évora, casada com o ourives João da Cruz, filha do almocreve Belchior, pardo forro, e de Antónia Barbosa, também parda forra¹.

Segundo testemunhas que a denunciaram, Maria Barbosa saiu de Évora degredada para Angola pelo crime de feitiçaria. Em Angola açoitaram-na publicamente por ser feiticeira e alcoviteira e novamente a degredaram, dessa vez, para Pernambuco, onde de acordo com os denunciadores também “levava mal caminho”, passando depois a viver em Salvador, terra onde foi presa em 1612 por ordem do Bispo do Brasil D. Constantino Barradas que a considerava mulher “notoriamente a mais prejudicial e escandalosa que ha nestas partes”, e posteriormente enviada pelo Prelado para o Tribunal do Santo Ofício em Lisboa, onde foi julgada por proposições heréticas – embora seu processo esteja repleto de acusações de alcovitice, adultério, práticas associadas a feitiçaria e agressão contra seu marido –.

Ferramenta da centralização do poder monárquico e suporte da reação católica na Contra Reforma, a Inquisição ou Tribunal Santo Ofício, era uma instituição jurídica ligada diretamente tanto ao Rei quanto ao Papa, e foi estabelecida em Portugal em 1536 pela bula *Cum ad nihil magis* de Paulo III, num momento marcado pelo avanço da colonização portuguesa em vários territórios ultramarinos, bem como pela contestação do protestantismo aos dogmas da Igreja – que nessa altura já se fazia sentir por toda Europa –, e pela ameaça que passou a representar o judaísmo e o islamismo após o monarca D. Manuel, até então rei de Portugal, ter decretado a expulsão de judeus e mouros da terra lusitana (1496) no intuito de consolidar a unificação religiosa sob a égide da Igreja Católica no reino e a obrigatoriedade da fidelidade de toda população sob seu domínio ao Cristianismo apostólico romano.

Nesse cenário de eliminação da heterogeneidade religiosa, Igreja, Coroa e Inquisição atuaram no intuito de garantir a manutenção da ortodoxia entre homens e mulheres desde a vida pública até seus pensamentos mais íntimos, disciplinarizando seus comportamentos e visões de mundo, tanto em Portugal quanto nos seus domínios ultramarinos, como o Brasil, através de um conjunto de normas.

A trajetória de Maria Barbosa dá indícios de uma série de transgressões a essas normas, para compreendê-la o trabalho em questão busca investigar os impactos dos discursos da doutrina, da moral católica e das legislações na vida conjugal e sexual das mulheres e homens da colônia, bem como os aparelhos de coerção de práticas desviantes que lhes deram vigência no decurso do século XVII.

MATERIAL E MÉTODOS

Privilegiando a redução de escala, que principalmente após a gênese dos estudos da micro-história italiana (1960), possibilitaram uma diversificação nos níveis de escala de

¹ ANTT, Inquisição de Lisboa, processo 3382.

análises históricas, gerando novas perspectivas de observação como as trajetórias, as biografias e os estudos de caso, utilizei como principal fonte para a pesquisa o processo inquisitorial movido contra Maria Barbosa disponível digitalmente ao público no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT): <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=230303336>>, cuja leitura e transcrição exigiram um trabalho de tipo paleográfico específico de domínio de palavras e abreviaturas do vocabulário português do século XVII.

Como metodologia básica para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada a análise qualitativa, baseada na leitura de gênero de autoras/res como Joan Scott², Pierre Bourdieu³, Carolina Coelho⁴, Susan Moller Okin⁵, Guacira Lopes Louro⁶ e Natalie Davis⁷, que auxiliaram na formulação de questões e problemas relativos ao objeto de estudo.

Foi utilizada também como fonte as *Ordenações Filipinas* – código legal português promulgado em 1603 pelo rei Filipe I e com vigência até o ano de 1830 – disponíveis de forma já transcritas nos seguintes endereços eletrônicos: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/or_denacores.htm>, bem como a literatura produzida por religiosos e moralistas do período Moderno sobre casamento e vida sexual como a Carta de guia de casados de D. Francisco Manuel de Melo, a obra Espelhos de casados de João de Barros, entre outras através de um corpo bibliografia voltado para esta temática, tais como: ALMEIDA, A. M.. *O gosto do pecado - Casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI e XVII*. 3ª. ed. LISBOA, PORTUGAL: ROCCO PORTUGAL, 1994.; ULHÔA PIMENTEL, H.. *Casamento e sexualidade. A construção das diferenças*. 1. ed. Florianópolis: Mulheres, 2012.; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo : Queiroz, 1984.

A leitura da documentação elencada foi orientada ainda pela teoria da Análise do Discurso, de modo que foi procurado ver o texto não enquanto dado, mas em seu funcionamento como produtor de sentido em determinado local e em determinado momento, conforme assinala Orlandi “entender isso é compreender como o texto se constitui em discurso e como este pode ser compreendido em função das formações discursivas que se constituem em função da formação ideológica que as determina”⁸.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

A transferência do matrimônio para a chancela da Igreja representou de acordo com Vainfas uma fórmula encontrada pela Igreja de valorizar a castidade e controlar a sexualidade dos fiéis – questões que provocaram várias discussões entre os teólogos desde o cristianismo primitivo –, garantindo assim sua superioridade e autoridade da matéria espiritual sobre a temporal, visto que, “ao clero, homens do mundo espiritual, deveria caber a castidade e o poder” e “aos leigos, homens do mundo profano, caberia o matrimônio e a obediência”⁹.

² SCOTT, J.W. . *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1993. Ibidem. *Prefácio a Gender and Politics of History*. Cadernos Pagu, (3), São Paulo, 1994, p. 11-27. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/node/42>>. Acesso em: 16 de abril de 2015.

³ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

⁴ COELHO, Carolina M. S. . *Gênero: teoria e política*. Revista de História (UFES), v. 1, p. 13-27, 2009.

⁵ OKIN, Susan Moller. *Gênero, o público e o privado*. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 16, nº 2, maio/agosto 2008.

⁶ LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J., MEYER, D. E. e WALDOW, V. R. *Gênero e Saúde*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

⁷ DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

⁸ ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (orgs). Análise de discurso. In: *Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e Textualidade* . Campinas: Pontes, 2006, p. 16.

⁹ VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1992, p. 35.

Nessa conjuntura, entrou em prática uma série de regras, sujeitas a punições caso não fossem cumpridas, embasadas ainda pela legislação dos monarcas absolutistas, que orientavam sua realização, seu rompimento, bem como a vida do casal. Através delas é possível perceber como foram produzidas diferenciações entre homens e mulheres, e hierarquias sociais que naturalizavam espaços e modos de ser reproduzidos pela população a partir de concepções que significavam mulheres como lascivas, tentadoras, débeis, fracas, inferiores, subordináveis e, que às colocavam na posição/espaço de serem governadas pelos homens, considerados racionais, fortes e ativos.

Destarte, para que as mulheres não se sustentassem em seus desmanchos e ocupassem devidamente o “papel” de subordinação que lhes foi atribuído por natureza, era considerado direito e dever que seus “responsáveis” lhes aplicassem os seguintes remédios: “treinamento religioso para emparelhar as rédeas da modéstia e da humildade; educação seletiva para mostrar [...] sua moral sem inflamar sua imaginação indisciplinada ou soltar sua língua em público; trabalho honesto para ocupar suas mãos; leis e normas que a sujeitassem a seu marido”¹⁰, bem como agressões físicas – dentro de determinado limite – para impedir algum mau comportamento ou simplesmente para lembrá-las sua preeminência. Elas por seu turno, deveriam temê-los, obedecer em tudo que lhes fosse ordenado honestamente e suportar suas repressões sem replicar.

Esses “remédios” para o desregramento feminino, entretanto, nem sempre serviam para manter as mulheres em “seu lugar”, e assim como Natalie Davies que no seu ensaio publicado em 1990 na obra *Culturas do povo* analisa as inversões sexuais na Europa entre os séculos XIV e XVIII através da vida festiva e da literatura popular, acreditamos que nas circunstâncias da vida cotidiana essa imagem da mulher desregrada poderia operar uma ampliação das opções de comportamento e até mesmo sancionar a desordem social¹¹. A trajetória de Maria Barbosa nos possibilita pensar essas duas concepções, visto que numa cultura em que a ordem social é dominada pelo princípio masculino, tanto em sua esfera pública – Igreja, Estado, economia, legislação – quanto privada – família e vida íntima –, a forma como ela conduzia sua vida, revela uma “inversão dos referenciais das políticas de gênero do período colonial, que relacionavam o binômio superior/poder dos homens ao inferior/dominado das mulheres”¹².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa sociedade de grande vigilância e pouca ou nenhuma margem para contestações formais, Maria Barbosa não só criou estratégias para resistir ao casamento indissolúvel/monogâmico e a sexualidade que a Igreja e o Estado impunham enquanto naturais, como afrontou diretamente a instituição eclesiástica com o auxílio dos próprios encarregados de implantar as normas no espaço colonial. Seu cotidiano revela um universo possível, e por vezes contraditório das normas vigentes, dando indícios de que ainda que as punições da Igreja e da Inquisição tenham tentado enquadrá-la numa forma de ser mulher fixa, sua vivência demonstra ter sido muito mais dinâmica e plural.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS:

¹⁰ DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 108.

¹¹ Ibidem, p. 112.

¹² REIS, Adriana Dantas. *As mulheres negras por cima. O caso de Luzia jeje. Escravidão, família e mobilidade social, Bahia, c. 1780- c.1830*. Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010, pp. 2.

- Instituto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Processo de Maria Barbosa. Processo número 3382. [1612-1614]. Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=2303336>>. [Último acesso: 31/01/2017].

FONTES IMPRESAS:

BARROS, João de. *Espelho de casados*. (1ª edição 1540) Porto: Imprensa Portuguesa, 1847, pp. XXVI, XXVII e XLVII.

MELLO, Francisco Manuel de. *Cartas de Guia de Casados*. Londres: Officina de T.C Hansard, Peterboro – Court, Fleet-Street, 1820.

Ordenações Filipinas. Disponível em: <[http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/or denacores .htm](http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/or_denacores.htm)>. Acesso em: 30/06/2017.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, A. M.. *O gosto do pecado - Casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI e XVII*. 3ª. ed. Lisboa: Rocco Portugal, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BELLINI, Ligia. *A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil Colonial*. São Paulo: Basiliense, 1989.

COELHO, Carolina M. S. . *Gênero: teoria e política*. Revista de História (UFES), v. 1, p. 13-27, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J., MEYER, D. E. e WALDOW, V. R. *Gênero e Saúde*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

NOVINSKY, Anita. *Inquisição: prisioneiros do Brasil – séculos XVI/XIX*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

OKIN, Susan Moller. *Gênero, o público e o privado*. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 16, nº 2, maio/agosto 2008.

ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (orgs). Análise de discurso. In: *Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e Textualidade* . Campinas: Pontes, 2006.

PEREIRA, A. M. S. ; REIS, A. D. . A Inquisição no feminino. Mulheres, religião e poder na América colonial. In: *Livro de resumos do Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais*/Organização Marco Antônio Nunes da Silva et ali – Feira de Santana: Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2013.

PEREIRA, A. M. S. . *Inquisição e escravidão. Reflexões em torno do Brasil colonial: Rio de Janeiro, sécs. XVII-XVIII*. Plurais: Revista Multidisciplinar da UNEB, 2013.

_____. *A Inquisição no Brasil. Aspectos da sua actuação nas Capitanias do Sul (de meados do séc. XVI ao início do séc. XVIII)*. 1. ed. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

REIS, Adriana Dantas. *As mulheres negras por cima. O caso de Luzia jeje. Escravidão, família e mobilidade social, Bahia, c. 1780- c.1830*. Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.

SCOTT, J.W. . *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1992.

ULHÔA PIMENTEL, H.. *Casamento e sexualidade. A construção das diferenças*. 1. ed. Florianópolis: Mulheres, 2012.; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo : Queiroz, 1984.